

COMISSÃO DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES (CTC)

25.09.2019

COMISSÃO DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES (CTC)

25.09.2019

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Sob a proteção de Deus, havendo número regimental declarado aberta a décima reunião ordinária da Comissão de Transportes e Comunicações da 1ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura.

Quero registrar aqui com muito prazer a presença dos nobres deputados Roberto Moraes, presente aqui Roberto Moraes; deputado José Américo presente; deputado Rodrigo Gambale presente; Deputado Xerife do Consumidor presente; deputado Rogério Nogueira presente; deputada Analice Fernandes presente; deputado Tenente Coimbra presente; deputado Luiz Fernando, que faz parte aqui como membro substituto do deputado Teonilio Barba. Favor sentar. Tudo bem? Favor compartilhar aqui conosco.

Solicito à secretaria a leitura da Ata da reunião passada.

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS
- Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Pela ordem deputado Xerife do Consumidor.

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS
- Pelo Regimento a gente pede que seja dispensada a leitura da Ata havendo concordância dos pares.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - É regimental o pedido de V. Exa. está concedida a dispensa da leitura da Ata. Os deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Aprovado.

O SR. ROBERTO MORAIS - PPS - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Pela ordem, deputado Roberto Moraes.

O SR. ROBERTO MORAIS - PPS - Saudando a todos, nosso querido Ricardo Madalena, demais deputados presentes aqui, eu peço vista dos itens 1 e 2.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Concedida vista do item 1 da pauta de hoje e do item 2.

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS
- Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Pela ordem deputado Xerife do Consumidor.

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS
- Eu peço vista em conjunto do item 1 e gostaria até de analisar um detalhe importante do projeto, Sr. Presidente, onde acaba contrapondo no artigo 1º, no artigo 25: “nenhum veículo deixará de ser registrado ou licenciado perante as repartições competentes pela falta do pagamento do imposto devido”. Aí vem o parágrafo 1º: “fica vedada a retenção ou apreensão do veículo pelo não recolhimento do imposto devido no prazo regulamentar quando este for licenciado no estado”, o que vem de encontro aqui, Sr. Presidente, porém o inadimplemento impede a renovação da licença. Então é o próprio artigo 25, na verdade esse parágrafo 1º acaba vindo de encontro. Então eu gostaria de pedir, com todo o respeito até ao nosso deputado autor do projeto, eu peço vista também.

O SR. RODRIGO GAMBALE - PSL - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Pela ordem, deputado Rodrigo Gambale.

O SR. RODRIGO GAMBALE - PSL - Pedir vista conjunta do item 2.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Concedida vista conjunta do item 2 e é regimental o pedido de Vossa Excelência.

Com a palavra, deputado Luiz Fernando.

O SR. LUIZ FERNANDO LULA DA SILVA - PT - Sr. Presidente, eu queria pedir vista dos itens 1 e 2. Já pediram? Não, então, dispenso, já pediram aqui. E eu queria, Sr. Deputado, é só uma questão de forma, eu estou vendo, a nossa assessoria nos indicou, que existem três requerimentos e foi omitido da pauta o nome do deputado que o fez, que é o deputado Edmir Chedid autor dessas proposições, então, assim, para que amanhã a gente não tenha o nosso nome omitido, eu queria fazer um pleito que fosse sempre inserido na pauta, não, isso, porque esses requerimentos aqui é minuta de indicação, minuta de indicação as três foram de autoria do deputado Edmir Chedid e na pauta que todos nós recebemos está omitido o nome do Edmir. Então eu queria consignar, até em respeito ao deputado Edmir Chedid, poderia ser qualquer um de nós, pois não?

O SR. ROBERTO MORAIS - PPS - Deputado Luiz Fernando...

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Com aparte, deputado Roberto Morais.

O SR. ROBERTO MORAIS - PPS - Obrigado, deputado Ricardo Madalena, aliás, eu questionei o deputado Edmir ontem se era de autoria dele porque se tiver algum requerimento, não que eu seja dono de Piracicaba e da região, não que o Luiz Fernando seja dono de São Bernardo, mas qualquer requerimento envolvendo o Município onde você reside, você representa, o Luiz Fernando está aqui há vários mandatos, estamos aqui já há seis mandatos, eu questionei o deputado Edmir ontem se era realmente requerimentos dele. Eu estranhei, claro que não é falha do nosso presidente nem da assessoria, talvez foi um lapso na hora de digitar não apareceu o nome, mas eu gostaria de saber porque o Edmir também é dos deputados mais antigos, está no seu sétimo mandato, um grande amigo, irmão que nós temos aqui na Assembleia.

Quando eu perguntei sobre essa questão do entorno de Bragança, eu sei a luta que foi para fazer entorno de Piracicaba e está aqui o Sebastião Ricardo que começou a obra quando ele era presidente das rodovias do Tietê. Então, eu também eu tinha essa dúvida, e tenho ainda, se é realmente requerimento, os requerimentos são de autoria do deputado Edmir Chedid.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Exatamente, os três...

O SR. LUIZ FERNANDO LULA DA SILVA - PT - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Perdão. Você estava com a palavra, pode continuar com certeza.

O SR. LUIZ FERNANDO LULA DA SILVA - PT - Não, eu acabo de receber aqui o comunicado da assessoria das comissões, Sr. Presidente, que de fato essas três indicações já foram submetidas, já foram aprovadas por esta Comissão com o título de autoria do deputado Edmir Chedid e que perde a autoria na medida em que já isso vira agora um requerimento, uma indicação da Comissão. Então, assim, só estou esclarecendo porque eu também não tinha essa informação, mas isso já é uma indicação aprovada, já foi submetida à Comissão, já foi aprovada e voltou agora como uma coisa da... então eu retiro, inclusive, o meu apontamento, Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - O.k. De fato, houve um lapso de não ter a indicação do nome do colega nosso nos requerimentos aqui expostos, mas todos já foram aprovados por esta Comissão e vou deixar na secretaria para ciência dos pares queiram se inteirar e tomar ciência desses requerimentos na íntegra e vamos dar andamento hoje aqui convidando para compor a Mesa o Sr. Alberto Silveira Rodrigues, que é diretor de operações da Artesp, Agência de Transporte do Estado de São Paulo, que comparece perante esta Comissão com o objetivo de prestar esclarecimentos sobre radares nas rodovias estaduais. Gostaria que fizesse parte da Mesa, alguém pode ver uma cadeira para... já tem?

Eu vou franquear a palavra aqui antes aos pares para que após eu acredito que seria conveniente aos demais pares que aqui estão, meus colegas aqui da Comissão de Transportes, a gente ouvir pelo menos esta pergunta que estarei dirigindo ao diretor de operações para que todos tomem ciência para daí nós darmos continuidade às perguntas dos demais colegas da Comissão.

Sr. Alberto Rodrigues, o senhor é diretor de operações da Artesp, confere?

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Há quantos anos?

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - Há quatro anos.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Quatro anos. Quais as funções de sua diretoria?

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - A minha diretoria é composta de três gerências, temos uma gerência de operações e equipamentos, que cuida do atendimento ao usuário particularmente no tocante a guinchos, a socorros, atendimento pré-hospitalar, temos uma outra gerência de sinalização e segurança, que é responsável pela fiscalização da sinalização horizontal e vertical das rodovias concedidas e também dos elementos de segurança, que nada mais são do que os guard rails, e temos uma terceira gerência, que nós chamamos lá de CCI, que é o centro de informações nosso, que está ligado aos 20 CCOs das 20 concessionárias.

Basicamente, é essa atividade que a gente faz dentro de 8.500 quilômetros de rodovias concedidas, além de conferências, de vistorias no tocante ao sistema de arrecadação existente nas praças de pedágio.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - O.k. Os guard rails que o senhor falou são as defensas metálicas, é isso?

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - Os elementos de proteção.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - O.k. Eu vou franquear a palavra aqui para quem quiser fazer uso dela, tendo ciência que a diretoria de operações atua na questão de operações de atendimento, sinalização e segurança.

Alguém quer fazer o uso da palavra antes dos meus questionamentos?

A SRA. ANALICE FERNANDES - PSDB - Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Pela ordem, deputada Analice Fernandes.

A SRA. ANALICE FERNANDES - PSDB - Pela oportunidade, presidente, saudando aqui já a todos os deputados que compõem esta Comissão, no início ainda eu tive aqui a oportunidade de conversar de uma maneira um pouco aqui discreta com o Dr. Alberto e passando para ele um grande problema, eu acho importante dividir com todos os membros aqui da Comissão, com relação à alça sul do rodoanel, mais precisamente, deputado Xerife do Consumidor, que sempre me acompanha por todas aquelas cidades de Embu das Artes e Itapeverica, aquele trecho sul de São Paulo... a alça sul do Rodoanel: nós estamos vivendo um problema seriíssimo por falta de manutenção dessa alça, é um serviço que foi dado em concessão, nós esperamos, e os usuários do Rodoanel esperam que realmente essa malha viária tenha uma eficiência e traga mais segurança, então hoje ela está em péssima situação de manutenção e o outro questionamento meu era com relação aos radares. Os radares chamados radar estático, aquele que o DR coloca, a concessionária coloca em alguns trechos para multar os veículos quando estão em alta velocidade. E o que me surpreende é que o posto policial acaba servindo de ponto de respaldo e de guarda desse radar estático.

A minha pergunta para o Dr. Alberto é com relação a esses radares. Como a Artesp tem se posicionado, se isso é legal, porque todos foram desligados, aqueles que as placas e a fiscalização orientam o motorista onde praticamente eles são disponibilizados, e nós sabemos que isso é feito através do DR, por que eles foram desligados e por que adoção agora do radar estático e não desse radar que era conhecido de todos que trafegavam pela alça sul do rodoanel? Essa é uma indagação que eu acho pertinente e que, no momento oportuno, o Dr. Alberto Rodrigues ficou de nos explicar a respeito desse grande problema para que essa população tenha noção do que vem acontecendo na alça sul do rodoanel.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Com a palavra o diretor de operações Alberto Rodrigues para responder o questionamento da deputada Analice Fernandes.

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - Sr. Presidente, claro que formalmente já expliquei à deputada no tocante à conservação que se reporta a uma outra diretoria, não é a minha diretoria, mas me prontifiquei e já acertei com o assessor dela, de maneira que ela obtenha essa resposta no tocante à conservação de pavimento lá do trecho sul do rodoanel.

Com relação aos radares, na realidade, ele tem um impacto um pouco maior. Eu gostaria de dar os parabéns ao senhor pela oportunidade, haja vista que nós estamos iniciando a Semana Nacional de Prevenção a Acidentes de Trânsito. Neste final de semana nos chamou a atenção a quantidade de mortes que nós tivemos, nós tivemos em torno de 15 mortes nas rodovias e todas elas e todos esses acidente se reportaram a excesso de velocidade ou então ao então ao excesso de velocidade misturado com álcool. E chamou muita atenção o acidente havido no quilômetro 40 da Castello Branco por volta das 10 horas da manhã de domingo, onde, em tese, estava ocorrendo um racha onde um veículo em excesso de velocidade atravessou o canteiro central e apanhou dois outros veículos do outro lado. Então, me parece que este assunto é bastante pertinente para este momento.

O que eu gostaria novamente de enfatizar é a competência, a atividade da agência, a atividade da Artesp, enquanto que os radares, para a sua operação, para a sua localização compete, sim, à autoridade executiva de trânsito do estado de São Paulo, no caso ao DR, a agência reguladora apenas disponibiliza os equipamentos, faz a manutenção, faz a aferição desses equipamentos e disponibiliza para o DR, para o poder concedente em termos de rodovia, que é o DR. Então, tudo que acontece na rodovia, em termos de operação dos radares, particularmente quanto à sua localização e a sua essencialidade, é ratificada, é proposta pelo órgão executivo de trânsito, pelo DR. Então, eu faço questão de deixar isso bem distinto acerca da obrigação do fornecimento do equipamento, de fazer a sua manutenção e a sua aferição, e o órgão executivo de trânsito ser o responsável então pela sua operação e pela sua localização e no final pela autuação se caso for detectado o excesso de velocidade para aquele trecho.

Radares nada mais são do que equipamentos medidores de velocidade, eles medem a velocidade, não é? E nós temos uma portaria do Contran, a 396, que regula esse assunto que está nessa breve apresentação que eu fiz, se o senhor me autorizar, não dá mais do que dez, 12 minutos de telas, penso que ficaria melhor para o entendimento de todos da Comissão, se o senhor me autorizar.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - O.k.

A SRA. ANALICE FERNANDES - PSDB - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Com a palavra deputada Analice Fernandes, que está no direito dela de estar questionando.

A SRA. ANALICE FERNANDES - PSDB - Exatamente. Eu fico insatisfeita por conta dessa explicação com relação ao DR. Gostaria de solicitar à V. Exa., como presidente desta Comissão, que convide a pessoa responsável da diretoria do DR para que faça, então, toda essa explanação porque se os radares foram desligados do rodoanel e agora está sendo utilizado o radar estático, me parece que tem um único propósito: a multa, porque todo mundo conhece e sabe os pontos da alça sul em que foram colocados os radares desde que ela foi inaugurada. Então, isso é um absurdo e a população vem questionando esse abuso, sabe, por parte do poder concedente e eu acho que nós merecemos esclarecimentos e muito mais ainda essa população que tem sido penalizada constantemente por trafegar na alça sul do rodoanel.

Então, eu solicito à V. Exa. que convide o DR para fazer todas essas explicações.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Eu assino com todas as letras o questionamento aqui da deputada Analice Fernandes e vamos, sim, fazer o convite ao pessoal do DR para estar presente aqui que na minha concepção isso cabe, nas rodovias concessionadas, cabe à diretoria de operação e não ao DR, até que se prove o contrário, isso é a fala aqui do diretor, que está dizendo que cabe ao DR. Então, no dia que nós convidarmos quem é o responsável pelas rodovias que não estão na concessão para estar aqui falando de radar móvel, radar fixo, nós solicitamos a presença do Sr. Diretor Alberto Rodrigues aqui conosco. O senhor pode estar presente?

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Porque se ficar esse jogo de empurra para lá e para cá, o senhor já vai estar presente aqui para redimir qualquer dúvida que caiba à nossa população a nós, usuários das rodovias.

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS
- Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Está bom assim, deputada Analice?

A SRA. ANALICE FERNANDES - PSDB - Fico satisfeita. Muito obrigada, presidente, muito obrigada ao diretor Alberto Rodrigues por também se disponibilizar e estar presente nesta audiência porque virou moda agora, um empurra para o outro e nós saímos insatisfeitos e a população mais ainda, pesada com frequência. Exatamente.

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS
- Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Com a palavra o deputado Xerife do Consumidor.

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS
- Sr. Presidente, nobres pares, todos presentes aqui nessa reunião da Comissão de Transportes e Comunicação, TV Assembleia, eu quero aqui cumprimentar o senhor, o Sr. Alberto Silveira Rodrigues, e gostaria de fazer algumas perguntas.

Como muito bem colocou a nobre deputada Analice Fernandes, essa alça sul falta informação, falta clareza, a impressão que nos dá é que esses equipamentos de radares estão ali única e exclusivamente como um balcão de captação de multas, é um absurdo e eu gostaria de fazer uma pergunta aqui ao diretor. Qual a importância dos radares na redução das mortes nas estradas do estado de São Paulo?

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - Bem, nós sabemos por pesquisas, por leituras de que 94% dos acidentes ocorrem por falha humana e dentro da falha humana está a imprudência, está o excesso de velocidade. Acabei de citar esse exemplo havido agora no domingo, onde três jovens faleceram, por quê? Porque estavam em excesso de velocidade e esses equipamentos medidores de velocidade são inibidores, tentam fazer um papel de prevenção para que o usuário não ultrapasse a velocidade e não se arrisque, ou então as outras, como de fato aconteceu neste caso, onde as duas outras vítimas que faleceram estava no sentido contrário, enquanto o causador, que também faleceu, estava em direção ao interior e as outras duas vítimas no centro da capital, que

não tinham nada com a história, não sabiam o que estava acontecendo e de repente se viram atingidos por esse veículo.

Então, esses equipamentos servem exatamente para isso, para conter, até porque aqui em São Paulo, no município de São Paulo, recentemente houve alteração de velocidade, nós lá na agência recebemos solicitações de alteração de velocidade máxima e nós sabemos que o grande causador das mortes é, de fato, a velocidade.

Quero citar um exemplo aqui que eu sei que é emblemático. Refere-se à Rodovia dos Tamoios, onde há quatro anos, há cinco anos, antes de haver a concessão, no último ano antes da concessão, morreram 32 pessoas. Depois que foi concedida, nesses últimos quatro anos, morreram sete pessoas e nós recebemos várias demandas para alterar a velocidade dessa rodovia. Claro que mais à frente, tão logo se encerrem as obras da duplicação da Tamoios, será revisto todo um projeto de melhoria da velocidade, mas hoje a gente consegue demonstrar através de números de que é necessário, sim, a contenção da velocidade, a velocidade é a causadora das mortes, infelizmente.

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS

- Sr. Alberto, qual é a função da Artesp?

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - A função da Artesp é uma agência reguladora, fiscalizadora dos contratos de concessão. Então as concessionárias possuem responsabilidades, elas possuem obrigações e cabe à agência fiscalizar se isso efetivamente está sendo cumprido, está sendo atendido.

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS

- Ela só fiscaliza os contratos? Quer dizer, ela não regula a relação entre o contribuinte, que é o consumidor, e as concessionárias?

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - Não. Ela possui essa capacidade regulatória também, ela tem esse papel regulador, de fiscalizador e regulador.

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS

- Ela foi criada para defender as concessionárias ou ela foi criada para regular e com o objetivo de defender o cidadão no estado de São Paulo?

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - O papel da agência vincula-se diretamente às concessionárias e as concessionárias reportam-se aos usuários, o que nós fiscalizamos é essa relação concessionária-usuário, se ele está fazendo de forma correta, como está previsto em contrato.

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS
- Alberto. Desculpe, Sr. Alberto. O senhor não está sendo claro, seria melhor aqui para que a gente pudesse entender o senhor. A agência Artesp, a agência reguladora, o senhor está colocando para mim que ela apenas controla os contratos com as concessionárias e as concessionárias que se virem com o consumidor, quer dizer, o contribuinte não tem uma agência que busque regular, que busque defender os interesses dele no estado de São Paulo, o senhor está colocando para mim aqui. O senhor é diretor de operações, é isso?

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - Exatamente. Não, nós fazemos essa regulação...

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS
- O senhor me confirma? É isso?

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - Não, senhor. O que eu quero dizer é o seguinte: é que nós fazemos, sim, nós temos um 0800, nós acompanhamos o papel dos usuários, nós prestamos assessoria aos usuários e exigimos que as concessionárias também o façam da melhor forma possível, esse é o papel da agência.

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS
- Sr. Alberto, quando a gente vê, vou dar o exemplo da alça sul, radares sem informação, sem informação de monitoramento de velocidade, sem nenhuma informação para aquele consumidor, para aquele cidadão, para aquele motorista que está trafegando ali, onde ele não sabe se existe ou não radar ali, quer dizer, mesmo sem essa informação esses radares agem de forma preventiva evitando acidentes?

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - Na realidade, os radares são implantados, particularmente os fixos, e os estáticos em rodovia sinalizada, onde há uma sinalização, as placas R19, onde informam ao usuário qual é a velocidade máxima

permitida, então não existe a implantação, não se coloca radares fixos ou estáticos onde não haja a sinalização R19, de maneira que eu posso afirmar ao senhor que o usuário, o motorista está recebendo a informação de que naquela rodovia a velocidade máxima permitida é tal.

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS

- Aí eu pergunto para o senhor: o senhor garante para nós que onde tem o radar estático, onde existe o radar tem informação em todas elas, em todos os lugares?

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - Posso afirmar ao senhor que sim, haja vista que esses radares são instalados para que eles passem a funcionar e são homologados pelo DR, pelo órgão executivo de trânsito, é ele quem ratifica, é ele quem valida que toda a sinalização que existe à volta daquele equipamento está perfeita, está de acordo com a portaria 396 do Contran.

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS

- A Artesp, agindo como uma agência reguladora, aí o senhor disse que... aí o senhor, em um primeiro momento, o senhor coloca para mim que ela é a agência que foi criada para fiscalizar, para controlar os contratos com as concessionárias. Aí eu fiz uma pergunta ao senhor: a agência reguladora busca o equilíbrio, ela faz ali, sabe, o meio-termo para fazer a defesa do cidadão, do contribuinte no estado de São Paulo, sim ou não?

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - Sim.

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS

- Ela faz isso?

O SR. JOSÉ AMÉRICO LULA - PT - Eu queria agregar uma pergunta. Senhor, só um segundinho?

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS

- Deputado, o senhor quer um aparte?

O SR. JOSÉ AMÉRICO LULA - PT - Eu queria agregar uma pergunta à sua pergunta. É interessante o que o Xerife do Consumidor está colocando, eu queria agregar o seguinte: se é verdade que vocês fazem essa fiscalização das concessionárias, vocês têm voltado frequentemente a essas concessionárias? Tem muitas aplicadas, advertências etc., por exemplo, nesse ano de 2019?

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - Sim, senhor. Posso afirmar pela minha diretoria de operações neste ano, de 2019, nós já emitimos em torno de 160 autuações, a última eu assinei recentemente, agora há questão de 10 dias, para que a concessionária possa se defender de uma multa que está avaliada em um milhão e 700 mil reais.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Nesse total de 160, me concede um aparte, Xerife?

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS
- Concedido aparte, presidente.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Nesse total de 160 multas aplicadas no ano de 2019, qual o valor total de aplicação das multas, o montante, e perante o montante, qual o índice recebido dessas multas?

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - Eu não conseguiria responder ao senhor isso aí agora. Posso me propor a responder, haja vista que esse controle é feito pela diretoria de controle econômico-financeiro, é ela quem faz o acompanhamento do recolhimento das multas.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - O senhor acabou de dizer que assinou uma multa esta semana e como que o senhor não tem esse controle do valor das multas geradas, já que cabe à diretoria de operações, o senhor não tem o montante e não sabe qual é o valor que foi pago pelas concessionárias ou que recorreram, qual o valor que tem no caixa em porcentagem do valor total das multas aplicadas, o senhor não tem esse conhecimento, sendo o senhor que assina as multas?

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - Talvez eu não tenha sido preciso na minha colocação. Na realidade, eu assinei uma notificação endereçada a uma concessionária e essa notificação desse processo sancionatório o valor que está mensurado é de um milhão e 700 mil reais, entretanto, é necessário que a concessionária apresente a sua defesa, seja analisada depois pelas demais diretorias, institucional e a de controle econômico-financeiro, que aqui no final haverá, sim, o pagamento dessa multa, vamos assim dizer, caso resulte na multa, não é? Haja vista que é necessário que haja um processo regular de defesa da própria concessionária. Isso foi uma autuação, é uma notificação que nós fizemos agora recentemente.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Essas... perdão, essas notificações que o senhor falou, 160, o senhor assinou todas? Neste ano 2019? É da área de operações?

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - É da área de operações.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Eu requero à Mesa que faça um requerimento solicitando as 160 notificações com a assinatura do diretor Alberto Rodrigues e que... qual diretoria que o senhor envolveu junto?

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - A diretoria de controle econômico-financeiro, que é quem faz o controle das arrecadações.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - E também faço um requerimento à diretoria financeira do montante das 160 notificações, qual é o montante e qual o valor arrecadado. Com a palavra o deputado Xerife do Consumidor, que está com ela.

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS
- Sr. Alberto, o senhor não acha que em vez de colocar radares, muitas vezes deixar o radar funcionando sem informação, e muitas vezes acontece isso, se tivesse orientação, se tivesse placas indicatórias orientando todos os motoristas, a Artesp não poderia fazer uma campanha nesse sentido e diminuir os radares que isso na verdade está virando um balcão de multas no estado de São Paulo?

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - Na realidade, a sinalização existe na rodovia atende à legislação de trânsito, ao código brasileiro de trânsito, quanto à sua instalação, ou seja, as rodovias onde são instalados esses radares eles estão sinalizados de maneira adequada, em termos de legislação de trânsito isso está adequado, é evidente que é necessário um outro tipo de trabalho para que possa conscientizar os motoristas, nós somos motoristas, nós dirigimos, a gente caminha pelas rodovias, e, vez ou outra, somos autuados, eu já foi autuado por excesso de velocidade onde que a placa era 80 e eu estava a 90, por um descuido meu, realmente eu estava descuidado, reconheço até no caso que aconteceu comigo pessoalmente, eu estava descuidado. Isso é normal, mas me parece que é necessário uma campanha maior, mais ampla, com novos propósitos que se consiga, não digo reeducar, mas educar talvez, tornar mais conscientes os riscos de que a velocidade traz a si e aos outros.

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS

- Sr. Alberto, em relação aos guichês de cobrança dos pedágios, o senhor tem ciência de que muitas vezes o cidadão fica parado na fila, aquele que não tem aquele aplicativo, que não tem a tag, a tal tag, e acaba ficando ali muitas vezes um tempo que acaba atrapalhando a sua vida no trabalho, no seu dia a dia, se a pessoa tiver um problema de saúde também acaba tendo dificuldade de locomoção, até porque entra em uma praça de pedágio onde tem ali seis guichês e muitas vezes só tem dois operando. O senhor já constatou isso?

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - Nós já, vez ou outra, a gente recebe essas denúncias e nós temos tudo isso tudo gravado, então quando nos passam uma data, quando nos passam um horário, a cada cinco minutos nós recebemos uma foto das praças de pedágio e a gente verifica como é que está aquilo, se realmente aquilo é fato, ou seja, de que há filas e há guichês fechados, a gente então notifica a concessionária, haja vista que no contrato há um tempo e há um limite de fila, caso aquilo estiver extrapolado é feito então esta notificação que possibilite então à concessionária a sua defesa, a sua ampla defesa, e, se for o caso, será autuada.

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS

- Sr. Alberto, no momento que o senhor recebe a denúncia o senhor vai in loco para constatar ou não?

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - Não, senhor. Nós puxamos pela filmagem. Porque as filmagens, as denúncias sempre foram de fatos passados. Então, de repente citam: “olha, na semana passada eu estava no domingo ao meio-dia”, então nós puxamos isso e vamos verificar se naquele horário, como o denunciante falou, se realmente estava acontecendo aquilo, então a gente consegue verificar a fila e consegue ter a filmagem da praça de pedágio.

A SRA. ANALICE FERNANDES - PSDB - O senhor me dá um aparte, deputado?

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS
- Concedido aparte, deputada Analice Fernandes.

A SRA. ANALICE FERNANDES - PSDB - Nessa direção que V. Exa. está discorrendo, a minha pergunta é se o Sr. Alberto faz, a diretoria dele faz um levantamento através das imagens de que existe qualquer tipo de irregularidade, provavelmente a diretoria dele deve ter verificado através das imagens que os radares da alça sul do rodoanel foram desligados, e de longa data desligados, e, conseqüentemente, foi colocado depois do desligamento esses radares constantes nesse trecho que chega até três radares. A hora que você entra no rodoanel e de São Paulo até a entrada para Embu das Artes você encontra três radares.

Sugere, e eu pergunto para o senhor, se todos nós que trafegamos por um trecho sabemos onde fica o radar fixo, porque as placas sinalizam trecho fiscalizado por radar, velocidade, limite, 100 quilômetros por hora. Se esse radar, Sr. Alberto, é desligado, e todo mundo sabe onde aquele radar fica, e no trecho sul foram bastante generosos, colocaram uns 20 radares ali. E todos foram desligados. Quando você volta de São Paulo para Embu e quando você está indo para São Paulo também no sentido contrário, eles desligaram alguns e deixaram apenas dois funcionando. Se o senhor está afirmando que a diretoria de operação verifica através de imagens, a diretoria não verificou esse problema que vem acontecendo com frequência e a população da região tem sido lesada ou isso passou despercebido pela diretoria?

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - Não, eu me reportei às praças de pedágio, então nós temos câmeras nas praças de pedágio.

A SRA. ANALICE FERNANDES - PSDB - Somente nas praças?

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - Não. Não, nós temos ao longo das rodovias, claro, mas hoje nós temos, hoje nós recebemos imagens lá de aproximadamente 1.200 câmeras que monitoram 8.500 quilômetros rodovias. Muitas delas nem tão próximo dos radares, a gente fica monitorando o radar, na realidade, essas câmeras monitoram o viário, o tráfico que está no leito da rodovia e não apenas os radares.

Eu queria só me reportar ao questionamento que a senhora fez antes de iniciarmos com relação ao trecho sul do rodoanel que está com a concessionária SPMAR, então eu pedi para que já me olhassem, já me verificassem, nós temos hoje lá seis radares implantados. Esses seis radares estão em operação, cinco na pista externa e um na pista interna. Hoje, agora, sexta, e posso afirmar à senhora também que realmente nós tivemos algumas dificuldades com a concessionária SPMAR. Da minha diretoria eu tenho a impressão que nós fizemos algumas notificações pelo atraso da implantação dos radares, pela falta de cuidado, então eu tenho as notificações, como o Sr. Presidente nos pediu, o encaminhamento das nossas notificações certamente essas também estarão presentes, que se votam em desfavor, vamos assim dizer, da SPMAR pelo descuido, vamos assim dizer, com relação aos radares do trecho sul.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Eu pediria um aparte ao Xerife do Consumidor só para complementar

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS
- Está concedida já, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Obrigado. Para complementar o que a deputada Analice disse então, na realidade, a diretoria do senhor está notificando as concessionárias com relação aos radares, é isso que o senhor acabou de dizer aqui?

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - Não. Eu disse que... me reportando única e exclusivamente à SPMAR, que nós temos um caso prático que a senhora deputada nos trouxe e respondemos a ela e estou reportando à SPMAR única e exclusivamente em face ao questionamento da Sra. Deputada.

O SR. RODRIGO GAMBALE - PSL - Me concede um aparte, presidente?

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Concedo, só um segundinho. Essa notificação então que o senhor fez para SPMAR é com relação aos radares da rodovia que está sob a jurisdição dessa concessionária.

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - Exato.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - O.k. Com a palavra o deputado Rodrigo Gambale.

O SR. RODRIGO GAMBALE - PSL - Boa tarde ao Sr. Alberto Rodrigues, aos nobres pares deputados aqui desta Comissão. O senhor fez uma defesa de que as rodovias que sofrem concessão acabam sendo até mais seguras e melhor monitoradas e o senhor fez uma relação de que caíram de 32 mortes na Rodovia dos Tamoios para sete em quatro anos depois que houve a concessão.

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - Nos últimos quatro anos, perdão, deputado.

O SR. RODRIGO GAMBALE - PSL - Sim. Correto, mas é claro que o preço de uma vida não tem comparação, não tem preço que pague, mas não era porque antes a Rodovia dos Tamoios tinha uma pista simples então o risco nas ultrapassagens era muito maior então notoriamente teriam mais acidentes e depois que ela passou a ter a concessão ela passou a ter uma pista dupla? E outra, em relação à atuação que tem sido feita e notificações nas praças do pedágio, isso não precisa nem de denúncia, praticamente todo dia nós vemos uma fila exorbitante, até mesmo na Trabalhadores que utilizo aqui na Ayrton Senna, antiga Trabalhadores, diariamente tem grandes filas. Já que a Artesp faz a defesa do consumidor e do usuário e que ela recebe uma quantidade de denúncias, quanto

ela já notificou, atuou e arrecadou para o estado em multas a essas concessionárias por manter esse mau serviço prestado nas praças de pedágio?

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - Eu não saberia responder ao senhor precisamente em termos de valores. No tocante a Ecopistas da praça que o senhor está citando, eu estou imaginando a praça aqui de Itaquá e que nós estamos com um projeto, nós estamos analisando um projeto que foi.

Apresentado pela própria concessionária de ampliação da praça, é uma praça que está saturada, é uma praça que o nível de serviço dela está ultrapassado e a concessionária nos apresentou um novo projeto de ampliação da praça que está sendo então visto dentro da própria agência nos seus aspectos não só de operações mas também de engenharia. Estou me reportando a essa praça que estou supondo que seja essa de Itaquá que o senhor está se referindo.

O SR. RODRIGO GAMBALE - PSL - Exatamente. Inclusive porque, Sr. Alberto, é um serviço pago e algo que nós ainda temos que enfrentar uma grande fila para fazer o pagamento disso, onde não só em países desenvolvidos, mas em diversos países a cancela já se tornou algo obsoleto, eu acredito que ao invés de uma reforma da praça, uma ampliação, colocar um sistema eletrônico da qual a própria concessionária faça essa cobrança e sem continuar nos cobrando mensalidade. Até porque eu não consigo entender como que em uma praça muitas vezes com duas, três cabines de cobrança automática essas cabines ficam desativadas funcionando apenas uma, parece que é uma gozação da concessionária com o usuário e ainda cobrando e cobrando caro a mensalidade por isso.

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS
- Me permite um aparte, deputado?

O SR. RODRIGO GAMBALE - PSL - Claro.

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS
- Até para... encima dessa sua fala, que é muito importante, não só essas cabines eletrônicas, não só, como também as cabines físicas, onde existe a cobrança física se você tem ali, inclusive na própria praça de Itaquá, e não é só o caso da praça não, nessa situação não é o aumento, não é a reforma, na situação você tem que constar lá quantos guichês

dias tem e quantos operadores tem no momento, muitas vezes a gente recebe denúncias de consumidores que se deparam lá com dois operadores onde o restante está vazio, não tem operador trabalhando para atender o motorista, para atender a pessoa, o usuário que precisa passar. Quer dizer, é um absurdo, eu acho que a questão dessa cobrança da tag é um verdadeiro absurdo, eu acho que precisa, sim, a Artesp, sabe, encampar, já que ela é uma agência que foi criada para regular a relação de consumo, por que vai deixar cobrar duas vezes do cidadão, cobrar duas vezes do consumidor? Uma vez que ele já paga o pedágio, ele tem que pagar também pelo mecanismo para poder pagar o pedágio? Então eu acho que se você simplesmente simplificar a vida para que você consiga receber de forma eletrônica de todos, você, inclusive, garante princípios constitucionais, porque é no momento que você segura ali esse usuário em uma fila gigantesca 15, 20 minutos para passar, ele está o quê? Perdendo o direito de ir e vir, isso é um absurdo.

Então, Sr. Alberto, eu acho que o senhor, como diretor de operações da Artesp, é fundamental, a Artesp não pode estar ali regulando em favor da concessionária só para que a concessionária obtenha lucro, precisa regular essa relação, precisa entender que o cidadão já paga IPVA, que o cidadão paga também o pedágio e que o cidadão tem dificuldade, muitas vezes, ele tem que parar e tem que procurar um lugar para comprar a tal tag e pagar a tal mensalidade, que é uma cobrança abusiva que inclusive tem entendimento, inclusive, do próprio Ministério Público, Sr. Presidente, e nós temos que avançar nessa questão, o estado de São Paulo vai avançar nessa questão. Nós temos que colocar um fim na cobrança das tags.

O SR. RODRIGO GAMBALE - PSL - Até porque, Xerife, caso o usuário tenha a restrição no nome, ele não tem o direito de usar o serviço, porque ele fica impossibilitado, a não ser que ele compre o pré-pago de utilizar a tag eletrônica e já que a pauta inicial da conversa foi falar das concessões em troca de amenizar a quantidade de perdas de vida, nós temos que entender que quando existe a cancela, e é só o senhor colocar no Google do seu celular, o senhor verá que por cobrança de cancela eletrônica, de cobrança eletrônica com cancela já houve diversas mortes de famílias inteiras, por a tag não funcionar na hora de parar na cobrança eletrônica e vir um carro atrás e bater. A mesma falha humana que gerou essas 32 mortes na Tamoios, que se reduziram para sete, acontece nos pedágios quando ele obstrui com a tag, então eu gostaria de deixar aqui, e até uma colocação, viu, Xerife, que talvez aquela praça de Itaquá, como todas as outras, não precise nem de uma reforma, mas, sim, de efetivo.

Hoje eu me comprometo a passar por lá na hora de ir embora e tirar uma foto mostrando que várias cabines estão desativadas, quando se elas tivessem todas em total funcionamento, não haveria as grandes filas que existem dia após dia, cotidianamente, nas praças de pedágio.

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - Eu gostaria somente de fazer um comentário de que em uma praça de pedágio nós temos cabines mistas, vez ou outra o usuário pensa que a cabine está fechada, quando, na realidade, ela está operando no sentido contrário. São as cabines reversíveis. Elas funcionam em razão da demanda de tráfego. Então, vez ou outra pensa-se que está fechada quando, na realidade, ela está aberta para um outro sentido.

E com relação à cobrança de tags, ou seja, o Brasil, São Paulo, particularmente São Paulo, é pioneiro na interoperabilidade, ou seja, o seu tag serve para qualquer rodovia dentro do estado de São Paulo, enquanto que, em outros países, você tem que ter um tag para cada operadora, um tag para cada rodovia e aqui a gente não conseguiu avançar para que pudéssemos colocar os pórticos, porque a população usuária do sistema eletrônico ainda é baixa, nós estamos numa proporção de 58%, então a cada 100 pessoas, 58 possuem a cobrança eletrônica, as outras 32 não. Como é que essas 32 iriam fazer? Iríamos manter um pedágio para essas 32 pessoas?

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS

- Sr. Alberto? Sr. Alberto? O senhor colocou aí que é um percentual muito pequeno ainda de adesões, é isso?

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - Exatamente. Nós estamos com 50...

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS

- Nossa, Sr. Alberto, se é um percentual muito pequeno em adesões e essas empresas que foram criadas ali, inclusive com investimento pelo que nós vimos aí na reunião anterior, um investimento totalmente irrisório de dez mil reais, e em pouco tempo essa pessoa conseguiu vender essa mesma empresa por mais de um bi e 200 milhões, por mais de? Quatro bilhões de reais, eu acho que eu não estou entendendo o que está acontecendo. Eu acho que está sendo muito atrativo para determinados investidores e muito prejudicial

para o cidadão, que é aquele que mais sofre, que é aquele que é o menor na relação. Quer dizer que o senhor defende a cobrança das tags? O senhor não acha que se liberassem as tags, vocês, inclusive, informatizasse, deixasse totalmente eletrônico, liberasse a vida desse cidadão que paga, paga, paga no estado de São Paulo, paga IPVA, paga o tal pedágio, tem que pagar a tag e aí ainda, mesmo assim, não tem, porque eu queria perguntar para o senhor, no momento em que os senhores arrecadam, que as concessionárias arrecadam através das multas não tem que repassar, sabe, para esses usuários, para esse cidadão através de melhorias nas estradas? É isso ou não?

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - O senhor veja só, eu não estou defendendo cobranças e pagamentos, eu estou defendendo um sistema, um método.

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS
- Mas eu perguntei para o senhor, da forma que o senhor colocou, o senhor disse o seguinte: o senhor fez até um comparativo em relação a um número, que é um número muito pequeno, mas por que não estende, por que não abre 100% o eletrônico? O senhor defende a cobrança da tag ou o senhor acha que o cidadão que já paga o IPVA, que paga também o pedágio deveria ter essa ferramenta, esse mecanismo, essa tag gratuitamente, gratuitamente não, porque, na verdade, ele já está pagando pelo pedágio, quando se cobra a tag se cobra duas vezes do consumidor, porque a tag é uma ferramenta e inclusive tem entendimento do próprio Ministério Público que isso é ilegal porque é abusivo. O artigo 39 inciso 5º do Código de Proteção e Defesa do Consumidor diz o seguinte: que é vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas, exigir o quê? Vantagem manifestamente excessiva em cima do consumidor e dessa forma que a gente entende que está exigindo, sim, vantagem manifestamente excessiva em cima daquele que é o menor na relação, que paga, paga, paga e acaba morrendo pagando.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Aproveitando o gancho aqui, que é a sua parte ao Xerife do Consumidor, o senhor tem ciência que no contrato há 20 anos, praticamente 1998, cabia às concessionárias a cobrança automática? Que isso faz parte do contrato de concessão? O senhor tem esse conhecimento?

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - Na realidade, pelo que o histórico que existe dentro da agência que a gente leu, que a gente lê, que a gente procura

estar informado realmente iniciou-se com três concessionárias lá atrás, que depois mais à frente, com a necessidade então da interoperabilidade, ou seja, saber onde o usuário transitou e quem teria direito, qual das concessionárias teria direito ao ressarcimento da praça, da tarifa de pedágio é que se criaram então as operadoras do sistema de arrecadação, isso é o que, em breves palavras, a gente lê lá, eu não tenho conhecimento profundo por anos, nada disso, mas de um conjunto de que realmente nasceu por força, com a inspiração de três concessionárias, sim.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - O senhor é diretor de operações de um dos maiores órgãos do estado de São Paulo, que é a Artesp, uma autarquia que presta serviço para a Secretaria de Governo, na verdade, Secretaria de Transportes, que a área é rodoviária, mas está na Secretaria de Governo, o senhor está dizendo que não tem conhecimento do contrato de concessão de 1998, que são os primeiros do estado de São Paulo. O senhor nunca fez a leitura desses contratos, sendo diretor de operações?

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - Sim, até porque envolvem 12 concessionárias.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Então o senhor fez a leitura?

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - Sim.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - O senhor tem ciência que lá tem um item, só um minuto, por favor. O senhor tem ciência que lá tem um item que diz que cabe às concessionárias, aqui complementando a pergunta do Xerife do Consumidor, deputado atuante, o senhor tem ciência que tem um item lá que diz que cabe às concessionárias a cobrança manual semiautomática e automática?

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - Me parece que diz também cabe também aos terceiros, que a concessionária também pudesse buscar terceiros.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Então o senhor não tem conhecimento. Eu pediria que o senhor lesse o contrato e futuramente o senhor vai estar aqui novamente nesta Comissão e nós faremos as perguntas com relação ao contrato de concessão.

Mais algum questionamento de sua parte, Xerife do Consumidor?

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS
- Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Mais algum questionamento de sua parte, deputado Rodrigo Gambale?

O SR. RODRIGO GAMBALÉ - PSL - Presidente, até agora não consigo entender como que as concessionárias não põem sistema eletrônico, sendo que o sistema eletrônico, no meu ver, é infinitamente mais barato do que a cobrança manual com o pagamento de salário, de arrecadação de impostos, é algo que deve ser subliminar porque ele não é de entendimento comum uma situação como essa.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Sem dúvida nenhuma. Dando prosseguimento, eu agora vou fazer as perguntas a sua senhoria, ao senhor. Qual o percentual de retorno da Artesp dos valores arrecadados pelas concessionárias? O senhor como diretor de operações, provavelmente, ou melhor, afirmando, com certeza terá conhecimento para responder essa pergunta.

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - A outorga das concessionárias se reporta a 3%.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Então a taxa de retorno das concessionárias não é 3, é 2%...

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - Para a agência é 3%, atualmente deve... atualmente está em 1,5% em face de uma negociação havida em 2013/2014 com relação aos eixos suspensos.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Então hoje é 3% ou 1,5%, se não me falha a memória?

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - Hoje deve estar, deve estar não, está 1,5%.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Então o senhor respondeu que era 2, eu perguntei se era 3 é agora o senhor está falando que é 1,5%, é isso?

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - Estou dizendo ao senhor que eram 3% até 2013 aí em razão dos eixos suspensos essa outorga passou a ser de 1.5, 1,5% que persiste até hoje.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - E isso é suficiente para cobrir os gastos da Artesp com pessoal, com despesas diretas e indiretas ou vocês recebem recursos do Tesouro do Estado?

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - Não, senhor. A agência tem receita própria, cada diretoria tem a sua receita e dentro da diretoria de operações o orçamento que eu tenho tem-me sido suficiente para manter a diretoria.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - O sistema semiautomático que há 21 anos foi manifestado, está lá escrito nos contratos de concessão, nesses... quantos anos o senhor falou que está à frente da Artesp?

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - Quatro anos.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Quatro anos. O mandado do senhor é por quantos anos?

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - Quatro anos. Eu fiz um... eu cheguei na agência, aí eu fiz um mandato tampão, vamos assim dizer, o Giovanni e fui

reconduzido há questão de dois anos, então eu fiquei dois anos na gestão do Giovanni e mais os dois anos da minha gestão, são quatro anos.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Dois anos na diretoria de?

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - Operações.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - E agora, dois anos novamente...

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - Na diretoria de operações.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - O senhor ficou como diretor os primeiros dois anos?

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - Sim, senhor. Fiquei substituindo o Giovanni, Dr. Giovanni.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - O senhor passou por arguição aqui nesta Comissão?

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - Sim, senhor. Passei, duas vezes.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Então, o senhor passou por duas vezes aqui nesta Comissão.

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - O.k. O senhor tem conhecimento dos sistemas semiautomáticos nesses quatro anos frente à Artesp?

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - Sim. Nós estamos trabalhando no desenvolvimento da cobrança semiautomática, que deve, que irá entrar em operação,

nós tivemos uma reunião agora por esses dias com todas as concessionárias de maneira interoperável, ou seja, a cobrança semiautomática em todas as praças de pedágio, em todas as concessionárias agora em janeiro de 2020.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - E como que o senhor vê isso? Um contrato de concessão de 1998, há 21 anos e agora que a Artesp, que é defensora dos usuários das nossas rodovias, é o papel dela fiscalizar e trazer... perdão.

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - Regular.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - E regular todos os contratos de concessões e estar defendendo sem dúvida nenhuma a nossa população do estado de São Paulo. Como o senhor vê? Depois de 21 anos aí, sim, implantar um sistema semiautomático, sendo que isso poderia ter sido implantado no passado e trazer um benefício àqueles que ficam na fila, que não têm o sistema sem parar ou ConectCar ou Veloe, enfim, a cobrança automática, e somente agora, será que isso não foi feito para que se migrasse para cobrança a automática? A não implantação do semiautomático, sendo que esta Comissão, que começou a cobrar isso, e agora senhor vem aqui depois de quatro anos do seu mandato e 21 anos do contrato de concessão dizer que em janeiro vai estar em operação. Como o senhor vê isso?

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - Eu vejo como um grande esforço nosso lá da agência.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Perdão, 21 anos para se esforçar? Foi isso?

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - O que eu estou dizendo é que eu vejo um grande avanço, um grande esforço da agência, primeiro, implantar efetivamente a cobrança automática, nós estamos aí com 58% de cobrança automática.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - 58% o senhor acha que é pouco?

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - Para qualquer evolução de estudos de tecnologia de ampliação, aguarda-se uma proporção de 80%. Ou seja, quando 80% dos usuários estiverem com a cobrança eletrônica aí, sim, é possível a gente avançar, então havia, havia, houve um período para a sedimentação desse tipo de cobrança, cobrança automática, e o que é interessante é que surgiu a demanda para o semiautomático, porque até então não havia uma demanda que fosse suficiente para o investimento e para estudos dela.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Como o senhor faz essa afirmação se a Artesp nunca botou uma máquina lá para se aproximar um cartão e a pessoa poder trafegar com maior rapidez do que pagar o manual. Como o senhor faz uma afirmação dessas, que nunca teve migração, sendo que a Artesp, depois de 21 anos, que está tomando as providências?

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - Eu estou transmitindo aos senhores fatos que eu vivi, que eu vivo dentro da agência. Eu assisti o início do semiautomático, posso me reportar com muita tranquilidade em relação a ele, ou seja, surgiu particularmente de uma necessidade que nós recebíamos face aos motociclistas, que tinham dificuldade para ultrapassarem as praças de pedágios sem que aquilo causasse filas, haja vista que vai tirar a luva, achar a carteira, uma série de coisas, e nós tivemos uma demanda muito localizada entre Sertãozinho e Ribeirão Preto, onde nós tínhamos um VDM de motociclistas, temos um VDM de motociclistas na ordem de três mil por dia, então seria inviável se manter uma cobrança da forma como está, então criaram-se cabines específicas, manuais, com Contact Leste, que é o semiautomático. Esse foi um grande embrião do semiautomático em face de uma demanda localizada, necessária, urgente desenvolveram-se então os estudos que já estavam prévios, havia o entendimento prévio, mas havia todo um esforço da agência realmente no tocante ao automático. Estou sendo testemunho do histórico do semiautomático ao senhor e com muita fé de que agora em janeiro a gente possa estar com ele instalado nas 160 praças de pedágio.

O SR. RODRIGO GAMBALE - PSL - Me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Permito. Um aparte dado ao deputado Rodrigo Gambale.

O SR. RODRIGO GAMBALE - PSL - Dois questionamentos, Sr. Alberto. O cupom emitido nos pedágios na cobrança manual tem valor fiscal?

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - Hoje nós temos uma resolução da Superintendência da Receita Federal no sentido de que este cupom tem um valor fiscal desde que ele tenha no seu verso, como de fato hoje ele tem, um número que te possibilita chegar em tua casa, entrar no site da concessionária e através desse número você buscar as informações que você necessita para a prestação de contas ou emissão de uma nota fiscal, qualquer coisa assim, que vise a um ressarcimento.

O SR. RODRIGO GAMBALE - PSL - Então as concessionárias, se a pessoa que o usuário não declarar, ela sonega tributos ao estado...

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - Não posso afirmar dessa forma, assim veemente, mas as concessionárias têm a obrigação em face de essa resolução da Receita Federal da emissão desses cupons que têm esse valor sim, para que o senhor consiga mais informações depois através do site.

O SR. RODRIGO GAMBALE - PSL - Porque é um questionamento, viu, Xerife? O senhor é melhor que ninguém para falar sobre isso, eu estarei amanhã viajando para a região de São Manuel, Botucatu e eu gasto em torno de 50 reais de pedágio, então o usuário que vai para lá, para Presidente Prudente, para Araraquara que deve ficar perto da casa dos 100 reais. Obrigatoriamente, se não tiver o sistema de cobrança automática pagando mensalidade tem que andar com dinheiro na carteira, porque hoje nós não temos nenhum tipo de cobrança, a semiautomática ou com cartão de crédito, de débito, talvez justamente, mais uma vez, ao invés da Artesp regular, ela ajuda as concessionárias para que ela não faça cobrança via cartão de crédito e débito, ocultando receitas e arrecadação fiscal para o estado e para a União, então, mais uma vez, o serviço regulador da Artesp regula o serviço para usuário, porque essa cobrança é impossível ainda não acontecer e está acontecendo nos ônibus. Já é uma lei que vai entrar cobrança, já entrou, cobrança de débito e crédito pelo ônibus. Como você, utilizando as praças de pedágios em viagens pelo estado ou muitas vezes em viagens interestaduais que você gasta centenas de reais com praças de pedágio a Artesp ainda não regulamentar o pagamento via cartão de crédito

e débito, problema esse hoje que nós vivemos de falta de segurança extrema e no mundo onde a tecnologia caminha para cada vez menos andar e ter dinheiro em forma de papel no bolso.

Gostaria de ter o entendimento do senhor, como o responsável por esse setor da Artesp.

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - Bem, as cobranças de cartão de crédito ou débito há sempre um valor nessa transação, nunca ela não é gratuita, o usuário do cartão, a cada vez que ele passa o seu cartão, ele está pagando uma taxa para a operadora, que normalmente é a EMV. Esse European MasterCard Visa, ou seja, é um sistema deles, cada vez que o senhor utiliza o cartão de crédito ou débito, o senhor paga uma taxa dessa transação. Isso não está nos nossos contratos com as concessionárias. Se houver uma cobrança dessa transação, certamente ou a concessionária terá que arcar ou então o poder concedente terá que reequilibrar esse gasto, o fato é que há uma cobrança, uma porcentagem em cima dessa transação, ela não é gratuita.

O RODRIGO GAMBALE - PSL - Mas caso eu queira pagar por cartão, quem estará pagando sou eu, como usuário. Agora, também não estava nesse contrato a cobrança eletrônica e mensalidade pela cobrança eletrônica e, mesmo assim, a Artesp permitiu que as concessionárias permitissem esse tipo de cobrança e também não estava em contrato, foi colocado depois.

Por que não fazer o cartão de crédito ou débito? Mais uma vez eu tenho entendimento que é de lesar o usuário e fazer com que essas concessionárias não paguem tributos ao estado.

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS

- Me permite um aparte, deputado, Rodrigo?

O SR. RODRIGO GAMBALE - PSL - À vontade.

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS

- Presidente?

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Um aparte ao deputado Xerife do Consumidor. Depois eu quero um aparte também.

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS
- Sr. Alberto, então quando o senhor coloca aí, e até a gente vê com muita tristeza, infelizmente, o senhor, como diretor de operações da Artesp, dessa agência que foi feita para regular, e quando se fala regular, é regular o estado, regular o contribuinte e a concessionária também, porém não desprotegendo o cidadão, não desprotegendo o consumidor.

O senhor coloca para mim aí, o senhor colocou aqui para o deputado Rodrigo Gambale, para que esta Comissão ouça, que a questão da cobrança através do cartão de crédito é cobrada uma taxa e essa taxa não pode ser cobrada da concessionária, quer dizer, talvez vocês não implementaram ainda para não onerar a concessionária, porque quem tem que suportar tal cobrança seria a concessionária e não o consumidor, não é? Então, a concessionária tem que dar o preço justo do pedágio, não tem que repassar o valor no pedágio, sabe, da cobrança através do cartão de crédito para o consumidor, isso quem tem que suportar é o fornecedor, é o chamado o risco do negócio.

Então, a Artesp, como agência reguladora, precisa pensar nisso, mas pelo que eu estou vendo aqui a impressão que eu tenho, salvo melhor juízo, é que, da forma que o senhor coloca aqui nesta Comissão, a preocupação é tempo integral do que vai acontecer de prejudicial ou não, qual é o lucro menor ou maior da concessionária. Eu não vi o senhor relatar em nenhum momento, sabe, projetos, o interesse em defender o cidadão. O senhor fala: “olha, não podemos, na verdade, fazer a cobrança através do cartão de crédito porque essa cobrança vai acabar sendo repassado”. Mas não é para o consumidor, é para a concessionária, a concessionária cobre o valor normal do pedágio e suporte ali o valor da taxa operacional porque ela, sim, vai ter o contrato com a operadora. Ela, sim, vai ter a tal maquininha, para que você vá lá e passe o seu cartão de crédito, o seu cartão de débito.

Então, quem tem que suportar é a concessionária, então a Artesp, como agência reguladora, e o senhor também, fora a colocação como diretor aqui, o senhor também é consumidor. Então se coloque o senhor como consumidor para ver da forma que o deputado Rodrigo Gambale coloca aqui a dificuldade que tem o cidadão hoje, o cidadão hoje precisa ter dinheiro na carteira, precisa andar com dinheiro dentro do carro, colocar o quê? Em xeque a segurança dele, da sua família, ficar acordado tempo integral, porque

ele não consegue fazer uma viagem como o deputado vai fazer amanhã, passar um cartão de crédito, passar um cartão de débito, quer dizer, é um absurdo.

Sr. Presidente, eu quero avocar esta Comissão, na pessoa do Sr. Presidente, dos membros desta Comissão, olha, essa é uma briga muito importante para todo cidadão dentro do estado de São Paulo. Nós precisamos, sim, estar em ação juntamente com a Artesp e fazer com que a Artesp exerça o seu papel, que até agora não tem exercido, que é também regular a relação de consumo e defender o direito do cidadão, que é o menos, é o que mais sofre, é o mais vulnerável nessa relação.

O SR. RODRIGO GAMBALE - PSL - Xerife, só para complementar por gentileza, presidente, por exemplo. Eu sou uma prova viva. Eu não ando com dinheiro, não porque eu esqueço, é pela falta dele mesmo. Então, eu não tenho um real agora aqui. Se eu for pegar a estrada agora, por exemplo, a Castello Branco, e for ter que viajar, eu não moro no interior, moro em Ferraz de Vasconcelos, mas pego um pedágio aqui para voltar. Então eu tenho que fazer o quê? Encontrar um caixa eletrônico no caminho, caso eu não tenha a cobrança eletrônica, que o senhor mesmo disse que apenas 58% das pessoas têm. Então, se eu estiver enquadrado nos 42 que não têm cobrança eletrônica ou porventura não paguei a mensalidade este mês e fiquei bloqueado, eu tenho que me dirigir até um caixa eletrônico. Onde você encontra, por exemplo, se eu pegar uma estrada um caixa eletrônico hoje, com a quantidade de estouros de caixas, de roubo?

Se você pega uma Castello Branco, eu duvido você encontrar um caixa eletrônico para sacar o dinheiro para o pedágio.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Tem que entrar em uma cidade.

O SR. RODRIGO GAMBALE - PSL - Você tem que entrar em uma cidade, você tem que sair caçando, porque antigamente tinha em todo posto de gasolina, então isso está mais do que na hora da Artesp mudar essa situação, colocar com que seja feita a cobrança através de cartão de crédito, de débito, porque cada vez mais está inibindo e tirando o direito de ir e vir do cidadão que é constituído em lei. Não tem condições. Ainda mais pela dificuldade que nós temos hoje. Se perguntar aqui: alguém sabe que se for parado em um pedágio e não tiver dinheiro para pagar, e eu tenho certeza que diversos aqui já passaram por isso, como eu já passei algumas vezes, a concessionária tem que

emitir um boleto no nome, e o tempo que vai se demorar para esse boleto ser gerado, o tempo que você vai perder isso é um crime, é quase um cárcere privado...

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS

- Sem contar o constrangimento.

O SR. RODRIGO GAMBALE - PSL - Exatamente. Sem contar o constrangimento e tem mais. Muitas vezes, por causa de um pedágio de dois reais, e aí se você está numa estrada, você tem que enfrentar mais 10 pedágios pela frente, passar por esse constrangimento, sua viagem, que ia demorar duas horas, passa a levar quatro.

Então, queria deixar bem claro aqui, viu, seu Alberto? Precisa agir de alguma forma, da maneira como os ônibus agora, as empresas de ônibus vão passar a pagar sobre crédito e débito, imposto, as concessionárias têm que pagar, sim, porque elas prestam um serviço muito mal feito para o usuário, de péssima qualidade muitas vezes, e ela tem que, no mínimo, começar a mostrar, porque está aparecendo gíria de moleque, o que a Artesp está fazendo é regular os nossos direitos, ela está regulando o direito nosso e dando todos os direitos para as próprias concessionárias e até agora eu só ouvi defesa das concessões de rodovias, mas não vi aquilo que as concessionárias têm que fazer para dar melhoria de qualidade ao nosso usuário.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Complementando aqui a fala do deputado Rodrigo Gambale e a fala do Xerife do Consumidor, deputado atuante na região de Guarulhos, eu gostaria de dizer que era importante o senhor tomar conhecimento do contrato de concessão de 98, no qual lá está escrito cobrança semiautomática. Então o que o senhor disse aqui nesta Comissão que o cartão vai gerar débito para as concessionárias, um percentual, o senhor vai me desculpar, mas a colocação do senhor foi muito infeliz, porque o senhor é diretor de operações de um órgão do estado de São Paulo e está lá para defender nós consumidores.

E eu gostaria de ouvi-lo neste momento agora, pois esta Comissão de Transportes, esta reunião está sendo gravada e quero saber do senhor se o senhor reafirma o que o senhor disse aqui nas últimas palavras de vossa senhoria.

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - O que posso afirmar ao senhor é que nos contratos de concessão são previstos três tipos de cobrança: manual, semiautomática e automática.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - O.k.

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - São esses três tipos que estão previstos lá. A cobrança automática foi implementada, assim, sendo necessária a interoperabilidade, ou seja, de maneira que onde se passasse usasse apenas um recurso eletrônico em qualquer rodovia que fosse concedida e que o semiautomático com o tempo surgiu-se então a sua necessidade, como de fato agora...

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Depois de 21 anos. O senhor acha legal isso? É normal depois de 21 anos vencendo a concessão implantar?

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - Deputado, eu não sei dizer ao senhor se é legal.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Eu quero a opinião do senhor.

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - Eu vou emitir. O fato é que agora, recentemente, como expus aqui é que surgiu a demanda. Estava prevista em contrato, mas não havia demanda para isso, agora surgiu a demanda, então em face dessa demanda, somou-se, buscou-se recurso, buscou-se tecnologia, estudo para que fosse, então, implementado esse tipo, essa de modalidade de cobrança.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - O.k. Eu vou fazer de conta que estou satisfeito, que não estou satisfeito. Uma cobrança depois de 21 anos, cartão de crédito existe há quantos anos, Xerife do Consumidor?

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS
- Muito mais de 20 anos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Com certeza. Então, infelizmente, é uma colocação infeliz de vossa parte. Gostaria de saber quais são os critérios para inserir radares nas rodovias sob jurisdição da Artesp, ou seja, as rodovias concessionadas.

Na realidade, em toda a implantação de radar é necessário que haja um relatório técnico. Esse relatório técnico se situa aí em termos de localização geográfica, em termo de local de acidente de crítica estabilidade, do engenheiro responsável por este relatório.

Tudo isto é feito hoje pela concessionária que opera, ela detecta um local crítico, um local de acidente verifica se há engenharia, verifica se pavimento, verifica se é declive e assim por diante. Compõe-se um quadro com a quantidade de acidentes, compõe-se um quadro demonstrando que ali é um local crítico, sendo necessário então a redução de velocidade, então os radares fixos são instalados obedecendo, então, a esse critério. Feito isso, é encaminhado ao DR, que homologa, que vê o local, vistoria o local e dá o seu aprovo e disponibiliza esse estudo também junto a Jares.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - O.k. Quais são as condições para liberar acesso em rodovia classe zero?

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - Em classe zero hoje, particularmente a rodovia classe zero é uma rodovia com os acessos controlados, é uma rodovia particularmente praticamente sem acessos. Os acessos devem ser feito através dos dispositivos que foram implantados por ocasião do seu projeto original, evitando-se a implantação de dispositivos então intermediários. Então, são rodovias de alto custo sem curvas acentuadas, sem curvas horizontais acentuadas para grandes velocidades, ligando grandes distâncias de maneira que o acesso é totalmente controlado, então rodovias classe zero não devem ter acessos.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - O.k. O senhor está me respondendo o que é uma rodovia classe zero, isso eu tenho conhecimento devido à minha formação. Vou tornar a repetir a pergunta ao senhor. Quais são as condições para liberar o acesso a uma rodovia classe zero?

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - Bem. Não há condições, ou seja, se... não há condições de liberar acesso para a rodovia classe zero, ou seja, os acessos que são solicitados são negados face à característica da rodovia.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Então, eu vou dar conhecimento ao senhor. Desde que tenha trevo em marginais aí o senhor pode ter a hipótese do acesso à rodovia classe zero.

Gostaria de fazer outra pergunta ao senhor. O senhor tem ciência que a rodovia Castello Branco, SP-280, é uma rodovia que está na concessão, correto?

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Qual o motivo da retirada do radar fixo do quilômetro 315? Ou seja, no final da Castello Branco que dá acesso à SP-225?

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - De imediato, eu não saberia apontar ao senhor a causa dessa retirada.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Essa retirada foi por determinação da diretoria de operações da Artesp ou única e exclusivamente uma decisão da concessionária?

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - Não saberia responder ao senhor de imediato.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - O.k. Então, o senhor procura ver para mim. Eu vou...

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - Eu conheço o local, eu sei.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Eu vou fazer um requerimento porque nós temos lá, após a retirada, eu não posso falar com afirmação, mas eu já sei o responsável pela retirada, mas eu não vou falar aqui porque eu não tenho como

afirmar isso. Mas eu quero uma... eu vou fazer um requerimento solicitando à vossa diretoria de operações, que cabe ao senhor, porque estão ocorrendo vários e vários acidentes, muitos com vítimas, e muitos com vítimas fatais, após a retirada deste radar fixo, que foi uma solicitação minha no passado.

Depois que ele foi implantado, acabaram-se os acidentes, acabaram-se as vítimas e esse radar foi retirado. Voltaram os acidentes e voltaram as vítimas e quem? Não sei quem, mas alguém vai ter que responder isso, ser responsabilizado no seu CPF, pode ter certeza disso, porque são vidas humanas que estão indo embora por causa de um descaso que fizeram, a retirada, e sem uma justificativa plausível.

Mais alguma colocação, deputado Xerife do Consumidor?

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS

- Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Apresentação para mim eu dispenso. Se o senhor quiser ver, eu faço companhia para o senhor, mas eu dispenso porque para mim não tem necessidade.

O SR. ALBERTO SILVEIRA RODRIGUES - Eu deixei em cópia, Sr. Presidente. Eu deixei algumas cópias aqui, caso necessário.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Pode deixar a cópia, a gente faz uso dela. Quero agradecer a disponibilidade de o senhor atender o nosso convite de estar aqui presente, junto conosco aqui, trazendo informações de suma importância. O senhor ser tenha ciência que a deputada Analice Fernandes, do PSDB, faz a solicitação da presença de um técnico aqui do DR junto com a vossa senhoria a pedido, a meu pedido, para que a gente possa eximir qualquer dúvida que possa acontecer aqui com relação aos pedágios, pois o senhor usou muito aqui a questão que cabe muito ao DR essa solicitação que nós fizemos aqui na data de hoje.

Que mais aqui? A justificativa do deputado Cezar, que não pôde estar presente e fez a sua justificativa e o deputado Vinicius Camarinha, que também justificou.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

* * *

Verba Editorial Ltda.

- É encerrada a reunião.

* * *